

**PREZADO SENHOR, PREZADA SENHORA.
ESTUDOS SOBRE CARTAS.**

Walnice Nogueira Galvão e Nádia Battella Gotlib (Orgs.).

[São Paulo: Companhia das Letras, 2000, 414 p.]

A publicação de *Prezado senhor, prezada senhora. Estudos sobre cartas* representa um importante acontecimento editorial. Walnice Nogueira Galvão e Nádia Battella Gotlib, além de assinarem a “Apresentação” e dois ensaios, reuniram nada menos do que 38 colaboradores para produzir um volume indispensável a todo leitor interessado no assunto. Leitor, aliás, favorecido pela publicação da *Correspondência Mário de Andrade & Manuel Bandeira*, um notável trabalho filológico e crítico; trabalho destinado a criar uma nova forma de compreender o alcance da correspondência no esclarecimento da vida literária de autores e mesmo de períodos inteiros. O volume inaugurou a coleção “Correspondência de Mário de Andrade” (EDUSP/IEB), iniciativa que tem estimulado novos estudos sobre o autor e a importância da correspondência na análise de sua obra. De igual modo, a editora espanhola Alfaguara lançou, em três volumes, a correspondência de Julio Cortázar, num conjunto de 731 cartas que revela aspectos de sua vida e ilumina seus processos de criação.

De imediato, destacam-se a pluralidade de temas e a diversidade de abordagens presentes em *Prezado senhor, prezada senhora*. O caráter plural do livro também se reflete na própria lista de colaboradores, que inclui pesquisadores de diversas áreas. Isso sem mencionar o belo exercício de E. M. de Melo e Castro, em sua recriação de diferentes estilos de correspondência, assim como o cativante relato de José Mindlin,

“Cartas, para que vos quero?”, no qual expõe “sua experiência pessoal sobre a utilidade das cartas” (p. 35). O horizonte temporal e temático contemplado pelos ensaios é igualmente amplo, passando do século XVII aos dias atuais, transitando com desenvoltura entre autores brasileiros e estrangeiros, esmiuçando a correspondência de amantes, escritores, filósofos, tratando inclusive de cartas fictícias.

Não será possível, no espaço de uma resenha, sintetizar o conteúdo e as novidades relativos aos 40 ensaios coligidos no volume. Devo, porém, destacar o alto nível das contribuições e chamar a atenção do leitor para a publicação de inúmeras cartas inéditas, cujas informações interessarão aos especialistas e ao público em geral. Arriscar uma síntese desse volume seria tanto uma confissão pública de imodéstia, pecado grave se considerarmos o caráter privado das correspondências, quanto uma indelicadeza semelhante a enviar uma interminável carta, na qual, contudo, os assuntos importantes são sempre tratados *en passant*. Por isso, prefiro discutir o problema levantado pelas organizadoras na “Apresentação”. Trata-se de problema relevante, pois deu origem ao próprio livro.

Esse livro nasceu de uma conversa informal, por ocasião de um congresso. [...] Pois a questão girava em torno de uma constatação óbvia para todos nós, interessados em literatura: a disparidade entre o volume de cartas – escritas por artistas, intelectuais, personalidades históricas – e o número reduzido de estudos. Por que tantas cartas produzidas e tão poucos trabalhos com leituras de tais cartas? [p. 9]

Sem a pretensão de responder definitivamente à pergunta, talvez seja possível mencionar um conjunto de motivos que ajude a redimensionar aquela disparidade. Motivos relacionados à forma pela qual a literatura foi concebida no momento em que se tornou uma disciplina acadêmica, ou seja, no início do século XIX.

Em primeiro lugar, os estudos literários encontraram guarida nos bancos universitários através da valorização da nacionalidade. O Estado-nação patrocinou a inclusão dos estudos literários no rol das disciplinas acadêmicas desde que, por sua vez, esses estudos se comprometessem a identificar a gênese e a formação do “espírito nacional”. E como se supunha que ele se manifestava no emprego de uma língua particular, os homens de letras se profissionalizaram como filólogos e historiadores literários. De um lado, estabeleciam, no caso das línguas românicas, o caminho da lenta afirmação da língua nacional em relação ao latim – já no caso alemão, tratava-se de descobrir evidências para a idealizada continuidade com o grego. De outro, a lenta afirmação da língua nacional podia ser mais bem evidenciada através da emergência da literatura pátria. A história literária, então, convertia-se numa espécie de museu vivo do surgimento de uma consciência linguística própria, vale dizer, do surgimento do decantado “espírito nacional”.

O esforço dos professores e dos pesquisadores de literatura se concentrava então na busca do mesmo resultado: a afirmação da nacionalidade. Numa metáfora bem ao gosto da historiografia oitocentista, diríamos que, à sombra dessa frondosa árvore, frutos os mais diversos podiam ser reunidos sem causar estranheza. Afinal, as diferenças entre escritores individuais importa-

vam menos do que a “semelhança” fundamental: o solo pátrio. Tal critério sustentava a escrita de volumosas histórias literárias, cuja enumeração enciclopédica de autores e títulos provavelmente estimulava o ceticismo de leitores que duvidassem da equivalência automática entre o hábito de citar inúmeras fontes e o ato de ler as inúmeras fontes citadas. Talvez na época essa fosse uma questão impertinente, pois a ideia de nacionalidade privilegiava o mesmo, a semelhança, a unidade, em detrimento do outro, da diferença, da pluralidade.

Uma segunda forma de legitimação dos estudos literários surgiu no desenvolvimento dos estudos de teoria, que começaram a dominar as universidades após a Segunda Guerra Mundial, parcialmente como resultado do colapso do modelo oferecido pelo Estado-nação. É verdade que, já nos últimos anos do século XVIII, Friedrich Schlegel e Novalis haviam apresentado notáveis intuições relativas à natureza particular da literatura, compreendida como um discurso com regras próprias. É também verdade que, no final dos anos 1910 e nos anos 1920, o Formalismo Russo e o Círculo Linguístico de Praga estabeleceram conceitos e métodos fundamentais para o desenvolvimento posterior da teoria da literatura. No entanto, foi só a partir do final dos anos 1940 que os estudos de teoria se transformaram numa força que, nos anos 1960 e 70, chegou a ameaçar e mesmo a suplantiar a hegemonia dos trabalhos de história literária.

Ainda que divididos em correntes algumas vezes antagônicas, os estudos de teoria partilhavam uma característica comum: a busca da especificidade do literário. Especificidade que devia ser descoberta através de uma abordagem intrínseca do texto

literário – entendido como um arranjo verbal autônomo, portanto, capaz de determinar suas próprias regras. Tratava-se de levar adiante o programa proposto por Roman Jakobson num célebre ensaio, “A nova poesia russa” (1921): “O objeto da ciência da literatura não é a literatura, mas a literariedade, isto é, o que faz de uma determinada obra uma obra literária”.¹

A distinção é sutil e possui sérias consequências. “Literatura” é uma instituição social que envolve autores, leitores, críticos literários, professores, alunos, o Estado, a imprensa, o mercado editorial. Portanto, o estudo da “literatura” necessariamente supõe sua inserção num contexto histórico, pois as formas de circulação do objeto literário se modificam ao longo do tempo. “Literariedade”, porém, refere-se à pesquisa dos componentes intrínsecos de uma obra literária, independentemente das circunstâncias sociais. Por isso, no auge do entusiasmo formalista, Osip Brik chegou a declarar que o *Eugênio Onegin*, de Pushkin, teria sido escrito mesmo que seu autor nunca tivesse vivido, ou seja, esse era um texto que o sistema literário russo produziria mais cedo ou mais tarde. Nem a história, tampouco a nacionalidade e muito menos a biografia dos autores preocupavam os teóricos da literatura. A seu modo, eles também privilegiavam o mesmo, a semelhança, a unidade, em detrimento do outro, da diferença, da pluralidade.

Na verdade, historiadores e teóricos da literatura terminaram de mãos dadas, embora tenham protagonizado disputas ruidosas e polêmicas acaloradas –

pensemos nos estudos literários no Brasil do final dos anos 1960 e dos anos 70. Pois não é verdade que os extremos se tocam? No caso em questão, a concepção que informava seus esforços tinha como base uma definição unitária e excludente: de um lado, a nação, e, de outro, a literariedade. O abismo existente entre esses conceitos era superado por um procedimento idêntico: o que excedia o limite deles não despertava o interesse dos estudiosos. Por isso, alternativas que evidenciassem a pluralidade possível de temas e a diversidade necessária de abordagens eram simplesmente desconsideradas.

Posso, agora, retornar ao problema enfrentado pelas organizadoras de *Prezado senhor, prezada senhora*: “Por que tantas cartas produzidas e tão poucos trabalhos com leituras de tais cartas?”

Ora, a história literária, comprometida com a afirmação da nacionalidade, e a teoria literária, às voltas com a pesquisa da literariedade, não tinham olhos para a epistolografia porque o domínio dos “estudos sobre cartas” não pode senão ser plural e diversificado. Esse é o domínio do contingente, do diverso; enfim, do humano, demasiadamente humano para ser traduzido numa única direção – a gênese da nacionalidade – ou num eterno retorno – a (re)descoberta da literariedade. Foi preciso, portanto, que o conceito de literatura conhecesse uma bem-vinda pluralização para que os “estudos sobre cartas” adquirissem direito de cidadania. Nesse sentido, a publicação quase simultânea de *Prezado senhor, prezada senhora*, da “Coleção Mário de Andrade” e da correspondência de Julio Cortázar talvez esteja anunciando uma nova fase para a pesquisa epistolográfica. Tal fase também parece anunciar a retomada do interesse pelo cruzamento da vida com

¹ Apud SILVA, Vítor Manuel de Aguiar e. *Teoria da literatura*. 5ª ed. Coimbra: Livraria Almedina, 1983, p.15.

a obra; mas se trata de uma retomada complexa, pois, em muitos casos, é a obra do artista que forja seu estilo de vida e não o contrário, como supunha a crítica oitocentista de recorte biográfico. Ou seja, muitos criadores transformam deliberadamente a vida em material de experimentação estética; nesse caso, a biografia da obra é a mais completa tradução da vida – e nunca o contrário.

As organizadoras de *Prezado senhor, prezada senhora* resolveram o problema que as desafiou da melhor maneira: não tentaram escamoteá-lo, propondo uma abrangente “teoria da carta”, mas decidiram preservar a dificuldade da questão, valorizando a irredutível pluralidade que informa e dá sabor aos 40 ensaios do volume:

Se, por um lado, havia um desenho do perfil do livro – justamente pela seleção dos especialistas e dos seus respectivos campos de perícia –, por outro lado havia um leque aberto de possibilidades quanto aos procedimentos a serem adotados no tratamento do tema. A intenção era, exatamente, conseguir uma saudável diversidade no que respeita a zonas de preferência e a modos de abordar a questão. [p. 10]

Salvo engano, é por isso que o leitor não encontrará uma “teoria da carta” na “Apresentação” Pelo contrário, o que ali se oferece é uma descrição da origem e da consecução do projeto. Ora, como articular conceitos e abordagens gerais para tratar de objetos irredutivelmente particulares? Como estabelecer um único método se os caminhos são tão vários quanto numerosos os missivistas? Se compreendo bem, Walnice Nogueira Galvão e Nádia Battella Gotlib estão propondo uma

teoria pelo avesso, ou seja, estão sugerindo que não há propriamente uma “teoria da carta”, mas tão-só uma “fenomenologia de cartas” Trata-se de uma importante contribuição metodológica. Os “estudos sobre cartas” deverão respeitar o caráter plural do objeto e, na medida do possível, apresentar uma análise de tipo fenomenológico da correspondência, considerando as circunstâncias de sua produção e recepção. Destacamos, assim, a contribuição no tocante ao reconhecimento da necessária diversidade das abordagens em virtude da pluralidade do objeto.

E como mencionei, a correspondência de um autor pode dirimir dúvidas sobre determinadas opções estéticas ou esclarecer procedimentos desenvolvidos ao longo de um amplo percurso. Isso sem mencionar a surpreendente possibilidade de uma intertextualidade própria ao domínio da epistolografia. O exemplo recolhido por Marcos Antonio de Moraes é sugestivo. Mário de Andrade, “leitor indiscreto denunciado pelas pegadas”² que deixa à margem de seu exemplar das *Cartas a um jovem poeta*, de Rainer Maria Rilke, descobre-se sobretudo intrigado pela equivalência entre arte e solidão. Mais tarde,

Dialoga com a afirmativa do poeta de que a experiência estética aproxima-se da ‘experiência sexual, dos seus sofrimentos e das suas volúpias ao retomar depois a ideia em carta de fevereiro de 1942 a Fernando Sabino para

² MORAES, Marcos Antonio de. “Orgulho de jamais aconselhar”: Mário de Andrade e os moços. In: GALVÃO, Walnice Nogueira e GOTLIB, Nádia Battella (Orgs.). *Prezado senhor, prezada senhora: estudos sobre cartas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 287.

rebatê-la. Talvez Mário tenha podido, ainda, reconhecer, no pequeno livro, o papel didático da carta de Rilke e associá-la a seu próprio empenho epistolar na formação dos moços.³

No final da “Apresentação”, as organizadoras alertam para a “ameaça constituída pelo correio eletrônico, que, ao que tudo indica, fará cair em desuso a carta” (p. 10). Será mesmo? Ou será que a carta é apenas mais um capítulo da história da comunicação humana; história que também deverá incluir formas contemporâneas, como, por exemplo, o correio eletrônico, as mensagens enviadas por meio de telefones celulares, e mesmo as técnicas de interação através de meios audiovisuais? Noutras palavras, desde já os leitores de *Prezado senhor, prezada senhora* estarão aguardando uma nova carta de Walnice Nogueira Galvão e Nádia Battella Gotlib. Esperamos que não demore a chegar.⁴

João Cezar de Castro Rocha é professor de Literatura Comparada da Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

³ *Ibidem*, p. 287-8.

⁴ Versão da resenha De amantes, escritores, filósofos..., publicada no *Jornal da Tarde, Caderno de Sábado*. São Paulo, 28.10.2000, p. 2D.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL: UMA BREVE HISTÓRIA DOS CORREIOS.

João Pinheiro de Barros Neto.

[São Paulo: Annablume, 2004, 202 p.]

Destaca-se o livro de João Pinheiro de Barros Neto devido à originalidade do tema: os correios no Brasil. Baseia-se na tese defendida pelo autor em Ciências Sociais na PUC-SP. Funcionário dos Correios, empenhou-se no estudo de sua história e, formado em administração, tece reflexões teóricas sobre estratégias administrativas. Conforme sugere o título, é revelador o modo como, ao expor e analisar os principais fatos da história postal brasileira, João Pinheiro oferece uma perspectiva histórica do país e de sua administração pública.

A leitura do primeiro capítulo, completada por informações presentes nos demais, permite delinear-se alguns fatos significativos da “História postal” do Brasil. Os Correios mostraram-se necessários no país desde 1500, quando Pero Vaz de Caminha escreveu a carta ao Rei D. Manuel. No Brasil colonial e no Império, sua administração era patrimonialista: não se dissociavam o patrimônio público e o privado, sendo os cargos públicos doação do monarca. Em 1520, D. Manuel outorgou a Luiz Homem o cargo de Correio-mor do Reino, ou seja, concedeu-lhe o monopólio postal.

Como era impossível ao Correio-mor e a seus assistentes atenderem toda a demanda por serviços postais, foram estabelecidos em 1798 o Correio da Corte, gerido pela Fazenda Real, e a Administração do Correio no Rio de Janeiro. As cartas eram transportadas em paquetes, que faziam escalas de dois em dois meses